

INFORMATIVO MPME



CNI Confederação
Nacional
da Indústria

Renegociações de Dívidas para MEIs e MPes

O Programa Desenrola Pequenos Negócios alcançou R\$ 3 bilhões em renegociações de dívidas até o dia 20 de agosto, segundo dados informados pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban). Foram 65 mil beneficiados entre o público-alvo, composto por Microempreendedores Individuais (MEIs) e Micro e Pequenas Empresas (MPes). O total de contratos renegociados foi de 98 mil.

A Medida Provisória (MP) 1.213 de 2024, que criou o Programa Acredita, voltado para a renegociação de dívidas do público-alvo, perdeu a validade no mesmo dia 20 de agosto. Desde então, os bancos não realizam mais as operações do ProCred 360 e do Desenrola Pequeno Negócio. No entanto, o Projeto de Lei (PL) 1.725 de 2024, que contém o mesmo conteúdo da MP, está em tramitação no Congresso Nacional e, se aprovado, poderá restabelecer essas operações.

A Febraban informa que, apesar da suspensão da MP, as contratações estabelecidas no Desenrola Pequenos Negócios realizadas até a data permitida seguirão com as regras e condições originais.

Para ler a notícia na íntegra, clique no link abaixo.

Para íntegra: [Clique Aqui](#)

26 de Agosto de 2024 – Fonte: Poder 360

Aumento do Teto para MEIs Avança na Câmara

O Presidente da Frente Parlamentar Mista das Micro e Pequenas Empresas, deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE), está fomentando a aprovação do Projeto de Lei (PL) 108/2021, que visa aumentar o teto de faturamento dos Microempreendedores Individuais (MEIs), tornando-o uma prioridade no 2º semestre de 2024.

Atualmente, o teto para MEIs é de R\$ 81 mil por ano, e o texto que está tramitando na Câmara dos Deputados propõe aumentar esse valor para R\$ 145 mil anuais. O PL 108 também abrange as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte (EPPs), estabelecendo que, se aprovado, os limites de faturamento anuais dessas categorias também serão elevados.

Na mesma notícia do Poder 360, são mencionadas outras informações relevantes, como a proposta do Governo Federal para os MEIs, na qual o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP) defende a criação de uma rampa de transição para os MEIs, com mecanismos de taxaço de impostos baseados em uma tabela progressiva de faturamento mensal.

O ministro responsável pela Frente Parlamentar Mista das Micro e Pequenas Empresas também apoia o PL 127/2021, que propõe aumentar os limites de faturamento das empresas do Simples Nacional, estando este aguardando o aval do Governo Federal.

Outra informação destacada na notícia é sobre o Programa Acredita, em que o Presidente da Frente Parlamentar Mista das Micro e Pequenas Empresas vê viabilidade em incluir as dívidas tributárias no PL 1.725 de 2024 do Programa Acredita, texto este com o mesmo conteúdo da Medida Provisória (MP) 1.213 de 2024.

Para ler a notícia na íntegra, clique no link abaixo.

Para íntegra: [Clique Aqui](#)

28 de Agosto de 2024 – Fonte: Poder 360



Veja mais
www.cni.com.br